BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou Lucro Líquido de R$ 772.190 mil, Patrimônio Líquido de R$ 3.880.963 mil, Ativos Totais de R$ 7.235.252 mil e deliberou aos acionistas o montante de R$ 192.916 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 29 de março de 2022.
Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

ATIVO	2021	2020
CIRCULANTE	**85.847**	**342.825**
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7)	85.847	698
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado (Nota 8)	-	13.365
Juros sobre o Capital Próprio a Receber (Nota 17a)	-	145.429
Valores a Receber	-	183.333
NÃO CIRCULANTE	**7.149.405**	**6.743.866**
Realizável a Longo Prazo	**335.927**	**320.925**
Depósitos Judiciais (Nota 12b)	252.077	215.501
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 18c)	83.850	105.424
Investimentos (Nota 9)	**6.813.478**	**6.422.941**
TOTAL	**7.235.252**	**7.086.691**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	2020
CIRCULANTE	**356.083**	**558.663**
Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 18d)	1.107	872
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 13e)	9	93.500
Obrigações por Recompra de Ações (Nota 10)	354.726	464.136
Outras Obrigações	241	155
NÃO CIRCULANTE	**2.998.206**	**2.974.977**
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 12b)	261.751	231.350
Obrigações por Recompra de Ações (Nota 10)	464.644	568.762
Outras Obrigações (Nota 11)	2.271.811	2.174.865
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**3.880.963**	**3.553.051**
Capital Social (Nota 13a)	2.440.000	2.300.000
Reserva de Capital	253.474	220.611
Reservas de Lucros (Nota 13d)	2.925.391	2.486.117
Ações em Tesouraria (Nota 13f)	(1.809.048)	(1.801.244)
Outros Resultados Abrangentes	71.146	347.567
TOTAL	**7.235.252**	**7.086.691**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2021	2020
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	**772.190**	**447.679**
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9)	879.633	512.613
Resultado Financeiro (Nota 16)	(83.946)	(45.853)
Despesas Tributárias (Nota 14)	(23.217)	(18.970)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 15)	(280)	(111)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**772.190**	**447.679**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 18a)	**-**	**(3.581)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**772.190**	**444.098**
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R$ por ação)		
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas (Nota 13b)	3,47	1,44

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2021	2020
Lucro Líquido do Exercício	**772.190**	**444.098**
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(276.421)	27.843
Resultado Abrangente do Exercício	**495.769**	**471.941**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2021	2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**772.190**	**447.679**
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(879.633)	(512.613)
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras	88.762	45.896
Provisão para Riscos Fiscais	23.181	18.930
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	**4.500**	**(108)**
(Aumento)/Redução de Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	16.063	2.138
(Aumento) em Outros Ativos	(4.611)	(26.126)
(Redução) em Outras Obrigações	(846)	(639)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(989)	(5.434)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	**14.117**	**(30.169)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	326.214	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	**326.214**	**-**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
Contrato de Mútuo	183.346	(5.515)
(Aquisição)/Alienação de Ações em Tesouraria	(174.584)	36.395
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(263.944)	(15)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento	**(255.182)**	**30.865**
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**85.149**	**696**
Início do Exercício	698	2
Fim do Exercício	85.847	698
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**85.149**	**696**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reserva de Capital - Resultado na Venda de Ações	Reserva de Lucros: Legal	Reserva de Lucros: Estatutária	Outros Resultados Abrangentes (Investidas)	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**2.300.000**	**87.492**	**61.815**	**2.090.204**	**319.724**	**(1.826.845)**	**-**	**3.032.390**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	444.098	444.098
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	27.843	-	-	27.843
Resultados Abrangentes do Exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**471.941**
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	(400.669)	-	(400.669)
Alienação de Ações em Tesouraria	-	133.119	-	-	-	426.270	-	559.389
Destinações: - Reservas	-	-	22.205	311.893	-	-	(334.098)	-
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 13e)	-	-	-	-	-	-	(110.000)	(110.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**2.300.000**	**220.611**	**84.020**	**2.402.097**	**347.567**	**(1.801.244)**	**-**	**3.553.051**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	772.190	772.190
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(276.421)	-	-	(276.421)
Resultados Abrangentes do Exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**495.769**
Aumento de Capital com Reservas	140.000	-	-	(140.000)	-	-	-	-
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	(413.488)	-	(413.488)
Alienação de Ações em Tesouraria	-	32.863	-	-	-	405.684	-	438.547
Destinações: - Reservas	-	-	38.610	540.664	-	-	(579.274)	-
- Dividendos Pagos (Nota 13e)	-	-	-	-	-	-	(43.100)	(43.100)
- Juros sobre o Capital Próprio pagos (Nota 13e)	-	-	-	-	-	-	(149.816)	(149.816)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**2.440.000**	**253.474**	**122.630**	**2.802.761**	**71.146**	**(1.809.048)**	**-**	**3.880.963**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BBD Participações S.A. ("Companhia") é uma empresa que tem por objeto exclusivo a participação no Capital Social do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"), da Bradespar S.A. ("Bradespar") e de outras sociedades que detenham, direta ou indiretamente, parcelas do Capital Social daquelas Instituições.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 29 de março de 2022.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2021. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional, certificados de depósitos bancários (CDB) e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

A Companhia aplica o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- **Mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*), cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)**

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

d) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas e coligadas são eliminados na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em controladas e coligadas estão apresentados na Nota 9.

Ágio (*Goodwill*)

O ágio, originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e se for possível estimá-los com confiabilidade, a perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período. Nos exercícios de 2021 e de 2020, não houve perda por *impairment.*

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e, também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos, que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Os detalhamentos dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 12.

g) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 13b.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 13e.

h) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 18.

i) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

j) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

k) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando aplicáveis estarão descritos na Nota 19.

4) ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A apresentação das demonstrações contábeis, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC, requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão assim apresentados:

Classificação e avaliação dos ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende da respectiva classificação.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os "prêmios de controle" resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e quão severa uma perda pode ser reconhecida. Esses métodos de avaliação podem levar a Companhia a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

Provisões e passivos contingentes

As provisões contábeis são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Monitoramos continuamente os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a opinião dos nossos consultores jurídicos; e (iv) a nossa experiência com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável e ao estimar seu valor, nós também consideramos:

- a probabilidade de perda decorrente de processos que ocorreram antes ou na data das demonstrações contábeis, mas que foram identificadas por nós após a data destas demonstrações, porém antes de sua divulgação; e
- a necessidade de divulgar os processos ou eventos que ocorrerem após a data das demonstrações contábeis, porém antes de sua divulgação.

5) PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2021:

- A Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pela Resolução CVM nº 18/2021, apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 e trata da reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado (IBOR) - Fase II. As principais alterações são: (i) permissão de substituir a taxa efetiva de juros de instrumentos financeiros por uma taxa compatível, sem desreconhecer a operação, desde que seja consequência da reforma; (ii) Reconhecimento em resultado da parcela inefetiva de *hedge accounting*, em razão do fim das isenções previstas na Fase I do projeto. A norma entrou em vigor para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021. Não foram identificados impactos na Companhia.
- O Pronunciamento Técnico CPC para Entidades em Liquidação - CPC Liquidação, aprovado pela Resolução CVM nº 28 de 16 de abril de 2021, que tem o objetivo de orientar e harmonizar as práticas para as entidades que ingressam em regime de não continuidade normal de atividades, em especial as em processo de liquidação e, mais especificamente, as em processo falimentar. A norma entrou em vigor em 1º de junho de 2021, sendo permitida sua adoção antecipada. Não apresenta impactos na Companhia.
- A Revisão de Pronunciamento Técnico nº 18, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovada pela Resolução CVM 41/2021, apresenta alterações no CPC 06 (R2) - Arrendamentos (correlacionado ao IFRS 16) sobre a prorrogação do prazo de aplicação do expediente prático de Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento para pagamentos devidos em ou antes de 30 de junho de 2022. A alteração é válida para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de abril de 2021. Não apresenta impactos na Companhia.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

- A Revisão de Pronunciamento Técnico nº 19, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovada pela Resolução CVM 58/21, apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1) em decorrência de modificações aprovadas pelo IASB no documento do ciclo de melhorias 2018- 2020 (*Annual Improvements* 2018-2020) e nas normas IAS 16 (CPC 27), IFRS 3 (CPC 15 R1) e IAS 37 (CPC 25). A Resolução entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022, aplicando-se aos exercícios em ou após esta data. Não foram identificados impactos na Companhia.
- CPC 50 - Contratos de Seguros (correlacionado ao IFRS 17), aprovado pela Resolução CVM nº 42/2021. Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. A norma entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia está em processo de avaliação da nova norma ainda na fase de diagnóstico.

6) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos indiretos, do Bradesco e da Bradespar, os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco ("Organização"), de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

7) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro 2021	2020
Fundos de investimentos financeiros (1)	-	698
Certificado de depósito bancário - CDB (2)	85.847	-
Total	**85.847**	**698**

(1) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, destinados a integrantes da Organização ou Sociedades a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco; e

(2) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa, inclusive contando com resgates automáticos diários. Conforme consta na Nota 3b, os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Em 03 de janeiro de 2022, a Companhia alienou ações em tesouraria, gerando um caixa de R$ 527.253, o qual foi aplicado em sua carteira de CDB.

continua...

...continuação

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

8) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

Em dezembro de 2020, referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDB, emitidos pelo Bradesco, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R$ 13.365, sendo seu valor de mercado igual ao contábil.

9) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial são demonstrados a seguir:

						Em 31 de dezembro			
						Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
Empresa	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado	Quantidade de ações possuídas (em mil)	Participação no capital social %	2021	2020	2021	2020
Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Nova Cidade") (1) (3)	11.956.580	26.098.163	3.415.858	189.425	26,071767	6.804.252	6.413.715	879.633	512.613
Ágio - Nova Cidade (4)	-	-	-	-	-	9.226	9.226	-	-
Total						**6.813.478**	**6.422.941**	**879.633**	**512.613**

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021;
(2) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;
(3) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os principais ativos da Nova Cidade de Deus referem-se, basicamente, à sua participação acionária na Cidade de Deus (47,93%), Bradesco (0,14%) e na Bradespar (0,48%); e
(4) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações.

10) OBRIGAÇÕES POR RECOMPRA DE AÇÕES

Obrigações por Recompra de Ações, no Passivo Circulante, no montante de R$ 354.726 (2020 - R$ 464.136) e no Passivo não Circulante, no montante de R$ 464.444 (2020 - R$ 568.762), referem-se ao saldo pela aquisição de ações de própria emissão, mantidas em tesouraria.

11) OUTRAS OBRIGAÇÕES

Referem-se basicamente, a contratos de mútuo, acrescidos de 100% da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R$ 2.271.811 (2020 - R$ 2.174.865), com vencimento em março de 2024.

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações fiscais

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados as obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R$ 252.077 (2020 - R$ 215.501). A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

A Companhia não possuía contingências cíveis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devessem ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Movimentação das provisões

	2021	2020
No início do período	**231.350**	**207.508**
Atualizações monetárias	7.220	4.912
Constituição	23.181	18.930
No final do período	**261.751**	**231.350**

As provisões referentes às ações judiciais da Companhia são consideradas de longo prazo, devido a imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 2021 não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível (2020 - R$ 3.831, referente à autuação atrelada ao não reconhecimento, pelo Fisco, de compensação de débito com crédito de IRPJ gerado no exercício anterior).

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2021	2020
Ordinárias	91.949.110	97.145.853
Preferenciais	130.648.441	124.483.352
Subtotal - ações em circulação	**222.597.551**	**221.629.205**
Em tesouraria (ordinárias)	62.681.667	57.484.924
Em tesouraria (preferenciais)	23.797.692	29.962.781
Total do capital social em ações	**309.076.910**	**309.076.910**

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 30 de abril de 2021, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R$ 140.000, elevando-o de R$ 2.300.000 para R$ 2.440.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária".

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2021	2020
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	**772.190**	**444.098**
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)	222.598	309.077
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais)	3,47	1,44

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e

(iii) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem a seus detentores todos os direitos e vantagens das ações ordinárias, além da prioridade assegurada pelo Estatuto Social no reembolso do capital.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, está demonstrado a seguir:

	R$ mil	% (1)
Lucro líquido do exercício	772.190	
Reserva legal	(38.610)	
Base de cálculo ajustada	**733.580**	
Juros sobre o capital próprio (bruto)/dividendos pagos e/ou provisionados (2)	**192.916**	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15%	(22.472)	
Total geral de juros sobre o capital próprio/dividendos (líquido) em 2021	**170.444**	**23,2**
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2020	**93.500**	**22,2**

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo; e
(2) JCP/Dividendos deliberados em julho e dezembro de 2021, pagos no exercício.

f) Ações em tesouraria

Até 31 de dezembro de 2021, foram adquiridas pelo custo médio de R$ 20,92 e permaneciam em tesouraria 62.681.667 (2020 - 57.454.924) ações ordinárias e 23.797.692 (2020 - 29.962.781) ações preferenciais, no montante de R$ 1.809.048 (2020 - R$ 1.801.244).

Em 2021, foram alienadas ações em tesouraria, pelo valor de R$ 438.547 (2020 - R$ 559.389), que gerou lucro de R$ 32.862 (2020 - R$ 133.119).

14) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2021	2020
Cofins	19.181	15.673
PIS	4.000	3.257
IOF	33	40
Taxas e encargos	3	-
Total	**23.217**	**18.970**

15) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2021	2020
Serviços prestados por terceiros	93	86
Editais e publicações	187	25
Total	**280**	**111**

16) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2021	2020
Variação monetária de contratos de mútuo	(96.946)	(55.523)
Variação monetária sobre recompra de ações	(61.580)	(56.752)
Rendimento de ativos financeiros	7.926	7.805
Outros	66.654	58.617
Total	**(83.946)**	**(45.853)**

17) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

									Em 31 de dezembro	
	Controlador (1)		Coligadas (2)		Pessoal-chave da administração		Outras partes relacionadas (3)		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Ativos										
Caixa/Disponibilidades	-	-	-	-	-	-	85.847	-	85.847	-
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	-	-	-	-	-	-	13.365	-	13.365
Valores a receber	-	-	-	-	-	183.333	-	-	-	183.333
Juros sobre capital próprio a receber	-	-	-	145.429	-	-	-	-	-	145.429
Passivos										
Juros sobre capital próprio a pagar	-	31.549	-	-	9	61.951	-	-	9	93.500
Obrigações por recompra de ações	-	-	-	-	819.370	1.032.898	-	-	819.370	1.032.898
Outras obrigações (Nota 11)	-	-	1.691.043	1.618.880	-	-	580.768	555.985	2.271.811	2.174.865

									Exercícios findos em 31 de dezembro	
	Controlador (1)		Coligadas (2)		Pessoal-chave da administração		Outras partes relacionadas (3)		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Receitas/Despesas com juros/outras	-	7.787	(72.163)	(40.550)	(61.580)	(56.752)	(16.904)	(14.973)	(150.647)	(104.488)
Receitas/(Despesas) de juros sobre capital próprio	(50.540)	(37.117)	212.677	171.093	(99.276)	(72.883)	-	-	62.861	61.093

(1) NCD Participações Ltda. ("NCD");
(2) Nova Cidade; e
(3) Titanium Holdings S.A. ("Titanium") e Bradesco.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os Administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Companhia.

18) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2021	2020
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	**772.190**	**447.679**
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(262.545)	(152.211)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligada, tributadas nas empresas correspondentes	299.075	174.289
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(72.310)	(58.172)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	50.938	37.400
Outros	(15.158)	(4.887)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**-**	**(3.581)**

b) Créditos tributários

Os créditos tributários não registrados totalizam R$ 130.654 (2020 - R$ 113.228), os quais serão registrados quando apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com estudo técnico e análises elaboradas pela Administração.

c) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, montante de R$ 83.850 (2020 - R$ 105.424), refere-se a imposto de renda do exercício atual e de exercícios anteriores.

d) Impostos e contribuições a recolher

Impostos e contribuições a recolher, no montante de R$ 1.107 (2020 - R$ 872), refere-se a imposto de renda retido na fonte.

19) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

b) A BBD é uma *Holding* e suas operações são afetadas, principalmente, pelo impacto em seus investimentos indiretos, e para o exercício de 2021 os efeitos já estão contemplados no Resultado de Equivalência Patrimonial, advindos destes investimentos. As investidas seguem apurando os impactos econômico-financeiros futuros relacionados à pandemia, muito embora, possuam certo grau de incerteza e dependem da evolução da pandemia. A Companhia seguirá observando atentamente os desdobramentos futuros dessa situação.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Luiz Carlos Trabuco Cappi

Vice-Presidente
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

Membros
Denise Aguiar Alvarez
Milton Matsumoto
Alexandre da Silva Glüher
Maurício Machado de Minas
Octavio de Lazari Junior
Marcelo de Araújo Noronha
André Rodrigues Cano
Cassiano Ricardo Scarpelli
Eurico Ramos Fabri

DIRETORIA

Diretor-Presidente
Luiz Carlos Trabuco Cappi

Diretor Vice-Presidente
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

Diretor
Milton Matsumoto

Marcelo da Silva Rego
Contador - CRC 1SP301478/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da

BBD Participações S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BBD Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BBD Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à BBD Participações S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2022

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Cláudio Rogélio Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0